

Análise de uma experiência, sua história e perspectivas futuras

Contar a experiência do Gabinete de Atendimento — Serviço de Informação às Mulheres, a funcionar desde 1977 na delegação do Porto da Comissão da Condição Feminina, implica uma certa viagem no passado. Importa reportarmo-nos à Declaração da Conferência do México de 1975, por ocasião do Ano Internacional da Mulher, sobre a igualdade das mulheres e sua contribuição para o desenvolvimento e a paz. Importa lembrar o levantamento levado a efeito pela Comissão da Condição Feminina das discriminações contra a mulher existentes na lei e respectivas propostas de alteração. Importa recordar a Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para a Mulher, realizada em 1980, em que foi aprovado um plano de acção para o progresso da situação das mulheres. Importa ainda lembrar a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres aí aprovada e ratificada posteriormente por Portugal. Importa ainda ter presente o Programa de Acção para a Segunda Metade da Década das Nações Unidas para a Mulher (1976-85).

Todos os documentos internacionais citados referem a questão da informação às mulheres, que é urgente dinamizar, publicitando assim as alterações legais conseguidas.

Não é este o momento — nem foi este o tema que nos propusemos — de analisar as consequências destes factos históricos no estatuto das mulheres portuguesas. Estes factos, apontamo-los como pano de fundo de um serviço de informação criado com o objectivo de divulgar as conquistas que se iam fazendo e para obter quer a inspiração para novas alterações, quer *feed-back* de toda uma revolução ao nível legal que se ia processando.

Depressa verificámos o que já suspeitávamos: igualdade na lei não significa igualdade na vida. A nova Constituição, a nova Lei de Família consagra — e consagra — realmente uma imagem diferente da mulher na sociedade portuguesa. Mulher que assume (porque *pode*) inteiramente a sua vida e as suas opções. Há as contradições existentes na prática: impedimentos culturais, sociológicos, económicos. Há a ausência de consciência do que é *ser* mulher. São as contradições, os *impasses*, as angústias que decorrem das tais duas realidades — a lei e a vida. O Serviço de Informação aparece assim como elo de ligação entre a realidade de direito e de facto.

Como pôr termo a uma ligação conjugal frustrante — mulher-objecto-de-prazer-máquina-de-trabalho — quando não há lugar para a mulher no mundo «eficaz» construído pelos homens? Como iniciar um diálogo novo no casal e na família, se se vive numa sociedade em que a imagem da mulher é de subalternidade? Como viver na prática a igualdade de direitos dos pais em relação aos filhos quando, de facto, o poder económico pertence ao pai e as imagens sociais consagradas e transmitidas são as do pai-chefe?

* Comissão da Condição Feminina.

As fronteiras culturais e económicas perseguem a mulher mesmo ao nível judicial. O poder económico determina a escolha dos técnicos mais qualificados. O receio do desconhecido, abstracto e mágico que a lei (ainda) é ou aparenta ser, através do uso (e abuso) da sua terminologia, é uma bandeira que, em termos sociais e culturais, afasta a mulher.

Dado o contexto histórico, social e cultural apontado, dado o esforço então feito nos meios de comunicação e junto de grupos muito diversos relativamente à publicitação das alterações legais, o Gabinete de Atendimento aparece com um perfil jurídico. Ao facto não é também estranha a minha formação de jurista.

Direi que este meu perfil — formação de base — não me impediu nem me limitou na reflexão que fiz a partir da experiência que fui tendo. Porque fui eu que assumi sozinha tal experiência, sem dúvida deixei marcas no modo como dimensioneiei este Gabinete. «É essencialmente um espaço para ouvir, um espaço que se queria que fosse sentido pelas mulheres como seu — a máxima disponibilidade era necessária, nenhum aproveitamento para fins de inquérito, pouco investimento em registos para fins estatísticos, nenhum ressoar para fora do que possa alterar o estar dentro» — esta a descrição que a Dr.^a Bonina Pedro, chegada alguns anos depois ao serviço, fazia dele.

Deixar que o outro se exprima. Não impor decisões, não colonizar, deixar que o outro (a outra) descubra a verdade — ainda que leve tempo, ainda que seja doloroso.

A lei e a vida embrulham-se, acotovelam-se, empurram-se e é impossível delimitar fronteiras, impossível exigir um esforço de síntese a alguém que precisa sobretudo que a ouçam. «Nunca contei isto a ninguém»; «Julguei que nunca seria capaz de falar disto.» E «isto» é a vida de cada uma no que tem de mais profundo, de mais doloroso por vezes. Histórias compridas, pormenorizadas, que nunca ninguém teve tempo para contar. (Porque são compridas, porque se quer dar o tempo e o espaço justos a cada uma, em termos de rendabilidade numérica, o Gabinete aparecerá como um desastre...) É a solidão vivida ao longo dos anos, no meio da família, da profissão, do casal.

O que querem as mulheres que nos procuram? Por vezes só um ouvido atento. Sabem que o seu caso não tem solução: ou nem querem encarar uma solução que abalaria profundamente as suas vidas. Há que ouvir, há que espreitar a coragem para assumir a vida. E neste ponto me debato sempre entre a atitude militante de motivar (empurrar?) a mulher para soluções que na minha perspectiva serão as melhores para ela e a outra atitude de respeitar o ser de cada uma, a sua coragem e o seu medo e de com ele fazer o caminho por ela escolhido. É esta a atitude que escolho porque julgo que é esta a atitude verdadeiramente libertadora. Recusa pois de uma relação de domínio (que a posição de técnica, de «feminista», me facilitaria), recusa de qualquer pressão de qualquer balanço de diagnóstico, de uma prescrição para um novo modo de vida.

Recusa de aconselhar. Aprendi que sugerir não serve para nada: ou a cliente é independente, e não escuta para guardar a sua integridade, ou é muito dependente, e sairia reforçada na sua submissão. Não interpretar as mensagens, ou, quando muito, deixar a cliente apreciar a justeza dessas interpretações. Recusa também da tranquilização. Ser uma espécie de parteira da mudança, ajudando a cliente a compreender-se a si própria, a fim de ser capaz de progredir à luz da sua nova orientação. Subjacente a esta postura perante a cliente há assim uma concepção relativamente ao exercício do poder: recusa de, enquanto técnica, exercer o poder sobre a cliente,

mas de o exercer com, ou sobretudo dar o poder. Atitude política assumida, enquanto conselheira, de não pretender (e recusar até) integrar a todo o custo a cliente na sociedade em que vive, numa atitude de submissão aos valores aí vigentes, mas apoiar a cliente nos questionamentos que vai fazendo acerca dessa mesma sociedade.

É tudo aconteceu como neste verbalizar de recordações — da inspiração de alterações legais passou-se à sua publicação, desta à sua divulgação, depois ao descobrir de um diálogo em que a componente técnico-jurídica se insere num diálogo mulher-mulher. («Estou a falar com a técnica ou com a mulher?», perguntava uma cliente.) Depressa se descobriu a urgência do apoio psicológico para certos casos. Daí os protocolos com o Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional da Faculdade de Psicologia do Porto (assumido de início pela Dr.^a Anne Marie Fontaine) e com o Centro de Saúde Mental Ocidental do Porto. Daí ainda a criação do grupo de que a Dr.^a Brigitte Detry nos falará.

Estes são os encaminhamentos hoje possíveis. Há ainda a articulação estreita com o Centro Regional de Segurança Social do Porto e também a que estabelecemos no ano passado com o Instituto Superior de Serviço Social, através do que passámos a dispor, para além de psicólogas estagiárias, também de assistentes sociais estagiárias.

A ansiedade (a violência) que experimentamos no Gabinete vem sobretudo do facto de sabermos que há encaminhamentos impossíveis. Vem também da necessidade de formação, contínua discussão de casos e supervisão que nem sempre — por falta de tempo e por limitações orçamentais — é possível efectivar.

Penso que o Gabinete de Atendimento não se pode quedar naquele gabinete. Haverá que ajudar as mulheres a serem mais autónomas e confiantes. Para isso teríamos de dispor de mais espaço físico, de mais pessoal. Através de serviços directos e indirectos, haveria que criar condições óptimas para as mulheres que querem uma mudança. Serviços directos: aconselhamento individual, grupos de apoio, serviços de intervenção em situação de crise, adequada informação médica, legal, de orientação vocacional e de emprego. Haveria que estabelecer uma rede mais apertada de articulações entre grupos e serviços ao nível local.

No que respeita à área de trabalho e emprego, o projecto que recentemente levámos a efeito no Porto pode ser uma base de reflexão. O objectivo deste projecto foi essencialmente o de valorizar o trabalho como forma de realização pessoal, valorizando não só a integração em profissões tradicionalmente masculinas, mas também as tarefas tradicionalmente femininas, que, por o serem, nos arriscamos todos a desvalorizar.

É quase um lugar-comum falar-se hoje da lentidão da justiça neste país. Sentimos os seus reflexos naquele Gabinete: é um divórcio que se arrasta e a convivência em comum que corrói um respeito e entendimento que poderiam subsistir. É uma pensão de alimentos que não se cobra atempadamente. É a assistência judiciária que as mulheres ignoram como obter. É o arrastar-se por gabinetes e secretarias em que o dizer das mulheres é rejeitado — porque assusta.

A publicitação da existência do Gabinete de Atendimento faz-se por vários canais: imprensa regional, rádio, o passar a palavra das mulheres¹.

¹ A articulação que estabelecemos com a PSP, assistentes sociais e pessoal dos serviços de saúde também é importante para este ponto.

Como souberam as clientes da existência deste Gabinete(a)

(QUADRO N.º 1)

	Frequência	Porcentagem
TV	10	12,3
Rádio	1	1,3
Telefone de Amizade	2	2,6
Por intermédio de outrem	63	80,7(b)
Outras instituições	2	2,6

(a) Dados com base em 78 casos estudados pelas estagiárias de serviço social no ano de 1984-85.

(b) As estagiárias de Psicologia do mesmo ano referem 65%.

Mas vejamos quem são as utentes do Gabinete a partir dos relatórios citados:

(QUADRO N.º 2)

Idade	Frequência	Porcentagem
20-25	4	5,1
25-30	11	14,1
30-35	6	7,7
35-40	6	7,7
40-45	8	10,3
45-50	10	12,8
50-55	12	15,4
55-60	2	2,6
60-65	4	5,1
65-70	4	5,1
70-75	1	1,3
75-80	1	1,3
Não indicou	9	11,5

Nota — As psicólogas referem 37% e 24%, respectivamente, nas classes compreendidas entre 30-40 e 20-30 anos.

(QUADRO N.º 3)

Profissões/ocupações	Frequência	Porcentagem
Doméstica	19	24,3
Desempregada	15	19,2
Empregada fabril	7	9,0
Empregada de limpeza	12	15,4
Costureira	5	6,4
Reformada	3	3,8
Empregada de escritório	4	5,1
Professora primária	2	2,6
Funcionária	2	2,6
Vigilante	1	1,3
Telefonista	1	1,3
Estudante	1	1,3
Não indicou	3	3,8

Nota — As psicólogas referem 67,5% e 32,5%, respectivamente, para «nível socioeconómico baixo» e «médio».

Relativamente à origem geográfica das utentes, cobrindo teoricamente a Delegação do Porto (única de que a CCF dispõe) a zona norte do País, elas provêm do Grande Porto e zonas limitrofes.

Para além das estagiárias já citadas, o Gabinete funciona com duas juristas e uma dactilógrafa, que desempenham outras funções na Delegação, cujo espaço físico não excede os 60 m².

O atendimento é feito através de uma entrevista não directiva, sem grelha de perguntas e com base na concepção acima referida, procedendo-se a uma clarificação do pedido.

Os problemas apresentados foram os seguintes:

Problema principal

Divórcio	15
Debilidade económica	13
Prestação de alimentos	5
Direitos necessários	5
Informação/clarificação	5

Problema secundário

Agressão psíquica	33
Agressão física	26
Adultério	11

Pergunto-me muitas vezes a razão que levará as mulheres a dirigirem-se à Comissão da Condição Feminina (mesmo quando já consultaram advogado e/ou estão esclarecidas quanto ao conteúdo do seus direitos). A imagem social da Comissão da Condição Feminina como espaço das mulheres será porventura a razão.

Desejaria que esse espaço fosse mais amplo, em vários sentidos: maiores e melhores instalações, mais pessoal (para garantir uma qualidade de serviço que até agora só a militância tem preservado), formação contínua e supervisão adequada do pessoal, possibilidade de multiplicação de grupos como o estudado pela Dr.^a Brigitte Detry na área da análise transaccional e também noutras áreas (orientação vocacional, dinâmica de grupos, etc.). Mas estes sonhos, para se tornarem realidade, têm de encontrar espaço na cabeça de algumas pessoas e também num documento bem prosaico que se chama Orçamento Geral do Estado...